

A Pandemia E Os Impactos Na Economia Brasileira

Alexandre Vasconcelos de Lima¹²

Elísio de Azevedo Freitas¹³

INTRODUÇÃO

Visando reduzir o contágio e mitigar os efeitos da crise sanitária, os governos estaduais estabeleceram a quarentena (rectius, distanciamento social) da população. Continuaram em funcionamento somente serviços qualificados como essenciais. Assim, é esperado que vidas sejam salvas e que o sistema de saúde não entre em colapso. A meta, então, é conseguir achatar a curva de contágio. Apesar dos benefícios para a política de saúde pública, há muitos reflexos na economia, sendo que alguns ainda não são possíveis de estimar. A restrição de circulação das pessoas e o fechamento de empresas não enquadradas em serviços essenciais foram determinantes para a queda da atividade econômica.

Um alento que as pessoas têm é que esse período irá passar. Porém, como será o mundo pós-pandemia? Para mitigar os efeitos da crise, uma parte das empresas adotou o home office para seus funcionários. A transformação digital e consequente entrada no mundo online foi acelerada em grande parte das companhias. Essa mudança de comportamento de empresas e pessoas ajudou a prever mudanças no o mercado de trabalho e no consumo das pessoas.

Nesse artigo, serão abordadas algumas políticas que o Estado deveria abordar e quais deveria evitar em resposta à crise econômica decorrente da pandemia. Também será tratado o cenário brasileiro pós-crise e as medidas para remediar eventuais problemas gerados pelas políticas implementadas durante a crise.

EXPECTATIVAS DO MERCADO

Desde o início da crise, observou-se uma piora das expectativas. A queda da atividade econômica aconteceu pela redução da demanda, dessa forma, os agentes do mercado também preveem queda da inflação. Pelo lado do PIB, no início do ano, era previsto um crescimento no patamar de 2,5%, as últimas reuniões de maio, contudo, apontaram uma expectativa que o país enfrente uma contração superior a 6,0%.

¹² Possui graduação em Estatística pela UnB, especialização em Matemática e Estatística pela UFLA, MBA em Finanças pelo IBMEC e em Business Analytics pela FGV. Atualmente é mestrando em Economia pelo IDP e especialista em negócios da Caixa Seguradora.

¹³ Possui mestrado em Administração Pública pelo IDP, graduação em Direito pela UDF e especialização em Direito Legislativo pela UFMS e em Direito Processual Civil. Atualmente é mestrando em Economia pelo IDP, advogado e consultor na área de Controle Externo, especializado em Tribunais de Contas e em Licitações Públicas e Procurador de Assistência Judiciária do Distrito Federal.

Gráfico 1 - Expectativa para o PIB (mediana do mercado) segundo a data da reunião Focus.

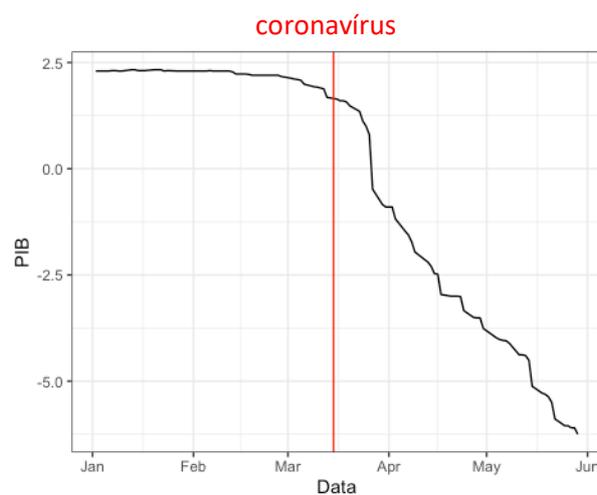
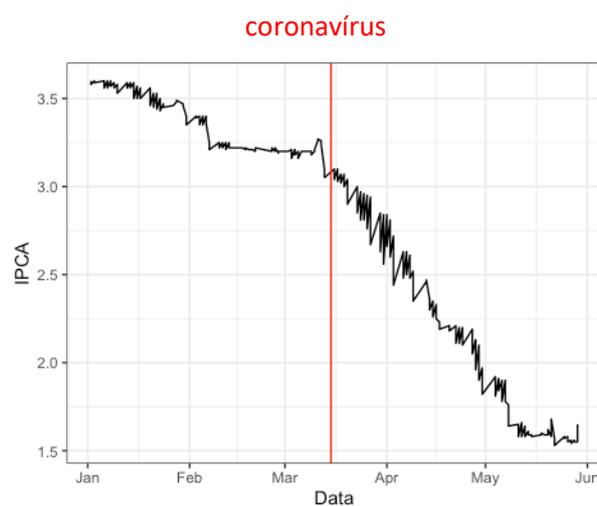


Gráfico 2 – Expectativa do mercado para a inflação (mediana do mercado) segundo a data da reunião Focus



Nesse contexto, o Governo necessitará adotar instrumentos de política fiscais e monetária para mitigar os efeitos da crise econômica na vida das pessoas e empresas.

POLÍTICA FISCAL

Dado o cenário catastrófico, é necessário auxílio estatal para evitar que empresas encerrem suas atividades, além de preservar empregos e o nível de renda da população. Destaca-se que não se trata de aumento de gastos correntes, como por exemplo aumento de salários de servidores públicos, mas auxílio ao setor privado, que sofre o maior impacto da crise. Essas ações governamentais devem aumentar o gasto público, elevando o nível da dívida em relação ao PIB.

O Governo adotou diversas medidas, como a possibilidade de suspensão do contrato de trabalho, com o Estado como financiador dos salários pelo período de suspensão, linhas de crédito subsidiadas para as firmas, auxílio a empreendedores informais e microempreendedores individuais.

O então Secretário do Tesouro Nacional, Mansueto de Almeida, chegou a afirmar que, em 2020, a prioridade do Governo Federal seria “salvar vidas”, e, assim, a relação dívida/PIB pode fechar o ano próxima de 90% (patamar elevado e jamais alcançado em toda nossa história). Contudo, Mansueto destacou, ainda, que o importante é a sinalização dada para a trajetória da dívida.

Com isso, a sinalização que se pretendeu passar ao mercado e aos investidores é no sentido de que não se pretende um caminho de elevação contínua e duradoura dos gastos públicos.

Pérsio Arida também já se manifestou no sentido de que estabilizar a dívida a longo prazo é mais importante do que conter seu aumento durante a pandemia¹⁴. O economista apresenta projeções mais preocupantes do que a do Secretário do Tesouro, prevendo uma dívida pública de 100% do PIB este ano.

É esperado, então, um aumento considerável da dívida, pois o Estado teve que elevar os gastos para fazer frente à crise e sustentar sua economia. Essa mesma realidade é observada em diversos países. A relação dívida/PIB deve ficar mais alta em face da queda do produto do país e da recessão decorrente da pandemia. Assim, será necessária a implementação de um rigoroso regime de austeridade fiscal, para retroceder esse nível de dívida para um patamar próximo ao anterior.

Em paralelo às políticas de aumento de gastos, é importante avançar na agenda de privatizações e concessões. Assim, o Governo pode gerar fluxo de caixa para diminuir a dívida e amenizar os efeitos do aumento de gastos oriundo das políticas de transferência de renda necessárias para apoiar famílias e firmas nesse momento de crise.

¹⁴<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/05/estabilizar-divida-a-longo-prazo-importa-mais-que-conter-seu-aumento-na-pandemia-diz-persio-arida.shtml>

ARRECADAÇÃO

A queda da atividade econômica impactou diretamente na arrecadação de impostos. Assim, houve uma drástica redução nas receitas dos governos, especialmente nos estados e municípios, onde grande parte dos recursos são oriundos do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços (ISS).

Considerando a diminuição das receitas, o ajuste fiscal torna-se ainda mais desafiador. A retomada do crescimento do país passa necessariamente por uma agenda de reformas, melhorando o ambiente de negócios e fomentando o investimento privado, haja vista a falta de recursos estatais.

No âmbito estadual e municipal, o cenário é pior. Alguns já não conseguiam arcar com suas obrigações e o forte impacto nas receitas os obrigou a solicitar apoio da União. A dificuldade para investimentos já era premente e agora o próprio custeio encontra-se comprometido, razão pela qual a desestatização parece ser um caminho inevitável para entes subnacionais, ao lado de um regime de austeridade.

Apesar do cenário adverso, há espaço para um novo pacto federativo com compromisso dos estados em cumprir com a agenda de reformas estruturais no âmbito estadual.

POLÍTICA MONETÁRIA

O país está em um momento no qual as disfuncionalidades do passado foram superadas e a sociedade conquistou um orçamento fiscal transparente, com juros mais baixos e inflação sob controle. Contudo, certamente o Brasil enfrentará grandes dificuldades agravadas pela pandemia mundial e que demandarão atenção em termos de política monetária.

Nesse sentido, enquanto do lado fiscal é previsto um aumento dos gastos do Governo, com crédito para empresas, transferência de renda para informais e ampliação de políticas sociais; de outro lado, a política monetária observa espaço para a queda da taxa de juros, em face da queda da demanda e a baixa pressão inflacionária. Assim, diante de cenário de baixa atividade econômica e inflação controlada, a redução na taxa básica se torna um instrumento que pode ajudar no aquecimento da economia e incentivar consumo, tornando o crédito mais barato.

Entretanto, até o momento os cortes na taxa de juros não surtiram efeito e, mesmo o menor nível histórico dos juros, não houve aquecimento da economia. O setor financeiro, preocupado com o cenário de aumento da inadimplência, reduziu o volume de empréstimos, mesmo captando a uma taxa mais baixa

Assim, pode-se pensar em adotar o Quantitative Easing (QE), que consiste na compra pelo Banco Central de títulos público de alta maturidade, a fim de achatar a curva de juros de longo prazo. Apesar de seu uso já ter sido realizado em países desenvolvidos, o QE ainda precisa passar por legitimação empírica que fortaleça a demonstração de sua efetividade em economia emergente.

Com a queda dos juros, famílias e empresas poderão renegociar suas dívidas, tornando-as mais baratas e tendo um fôlego financeiro. Apesar de não ter sido aplicado em países em desenvolvimento, esse é um instrumento mais agressivo no combate aos efeitos da crise econômica, quando comparado com a simples queda na taxa básica, instrumento conhecido de ajuste fino.

Não se pode esquecer, ainda, que no Brasil, com o Banco Central fazendo QE, existe o risco de fuga de ativos reais, considerando que somos uma economia emergente. A adoção dessa política também enfraquece a tese de independência do Banco Central, pois este atuaria financiando os gastos fiscais do Governo. Contudo, em face do cenário atual, é uma alternativa que deve ser considerada.

Algumas armadilhas precisam ser evitadas, como o uso da emissão de moeda para tentar combater a crise. Alguns economistas ignoram que moeda é dívida do Governo e acreditam que países que emitem sua própria moeda não teriam restrições e poderiam gastar de forma ilimitada, a fim de melhorar a vida da população. Caso o país adote essa política, é provável que resulte em um problema de dominância fiscal, situação em que o país não consegue financiar os próprios gastos por meio de impostos, tendo a inflação descontrolada e o aumento dos juros (remédio usado para controlar o processo inflacionário), o que torna a dinâmica da dívida explosiva. Assim, o processo inflacionário seria definido pelo fiscal e não pelo monetário.

PÓS PANDEMIA

O período pós-pandemia trará desafios para o Governo e para as firmas. O principal problema do Governo será o controle da dívida. Esse será mais difícil e exigirá um ajuste fiscal ainda mais rigoroso. Esse ajuste pode se dar pelo lado da receita ou das despesas. Contudo, o país já possui uma elevada carga tributária, impossibilitando um aumento de impostos para a sociedade. Assim, resta apenas o ajuste do lado da despesa.

Nesse contexto, a aprovação da reforma administrativa será fundamental. A redução da máquina pública também se faz necessário e é esperado um avanço ainda maior na agenda de privatizações.

A situação fiscal de estados e municípios também requer auxílio do Governo Federal. A crise econômica provocou uma forte queda na arrecadação e esses entes se viram obrigados a declararem situação de calamidade pública.

Diante desse cenário, não haverá espaço para aventuras fiscais e aumento de gastos com funcionalismo e outros gastos correntes. Contudo, a situação dramática pode abrir caminho para a aprovação de reformas estruturais. Assim, a crise econômica pode ser vista também como oportunidade para que o país consiga melhorar o ambiente de negócios, bem como torne a máquina pública mais eficiente, reduzindo os gastos públicos em áreas não essenciais.

Do lado da política monetário, ao final da crise econômica, é esperado um aumento da demanda e, conseqüentemente, alguma pressão inflacionária. Dessa forma, o Banco Central deverá elevar os juros nos próximos anos. Assim, a expectativa de mercado – divulgada pelo Boletim Focus – é uma taxa básica em seis pontos percentuais no fim de 2023.

A pandemia também mudou hábitos das pessoas e das firmas. Isso também impactará os Governos que deverão agir diante dessa nova realidade.

NOVOS HÁBITOS

A pandemia acelerou algumas transformações e mudou o comportamento das pessoas no que tange, especialmente ao consumo. Em virtude do isolamento social, compras realizadas por aplicativos, de forma online, cresceram exponencialmente. Assim, as empresas tiveram que se adaptar a nova realidade e foram obrigadas a ingressar no mundo digital.

Esse foi um grande desafio para as firmas, especialmente as micro e pequenas que não dispunham de fôlego financeiro para realizar novos investimentos, dado que o país acabou de sair de um período de recessão econômica. Os centros comerciais perderam a importância de outrora e terão que rever os modelos de negócio, visando a atrair consumidores para o ambiente físico e tendo que competir com o mercado digital.

A crise econômica também fez as famílias repensarem seus hábitos de consumo. Houve uma desvalorização dos supérfluos e uma atenção maior a itens de primeira necessidade. As empresas terão que valorizar a experiência do cliente ainda mais e pensar no conceito omnichannel, no qual os canais de venda estão integrados, podendo, então, o cliente definir como e onde quer comprar.

A redução dos espaços físicos das empresas e eventual aumento de espaço nas residências, para que o trabalho seja realizado de casa – teletrabalho (home office) – também é um novo hábito que merece destaque. Esse novo hábito no campo profissional vai demandar estrutura, internet de melhor qualidade nas residências e empresas – para que se comuniquem melhor. Softwares com esse objetivo e soluções de tecnologia da informação também serão uma necessidade.

Além disso, tende a haver um deslocamento dos grandes centros comerciais para cidades menores, com custo devida mais baixo e maior qualidade de vida.

Fato é que tudo ainda é muito novo, mas as transformações em razão da pandemia, apesar de ainda não serem completamente previsíveis, tendem a mudar a vida das pessoas, seja em suas relações profissionais seja na vida pessoal e familiar, afetando hábitos de consumo e influenciando no valor de bens e produtos, como por exemplo, valor de imóveis e preços de aluguel.

MERCADO DE TRABALHO

A reforma trabalhista foi importante, contudo, o mercado de trabalho do país continua com imagem internacional de ineficiência. Há necessidade de aumento da produtividade e da qualificação, além da oferta e da demanda de trabalho. Tudo isso contribui para a baixa competitividade de nossa economia.

No quesito eficiência do mercado de trabalho, o Brasil possui a posição 117ª – em um ranking de 138 países –, razão pela qual a evolução é uma necessidade premente e a reforma trabalhista, entre outros fatores, busca trazer essa evolução, com potencial

ganho de bem-estar e de emprego; utilizamos para esta análise o Relatório de Competitividade Global (RCG), segundo estudo analisado¹⁵.

Os requisitos analisados nesse ranking são¹⁶: i) impostos sobre o trabalho; ii) mão de obra qualificada; iii) qualidade da liderança; iv) custos de demissão; v) participação de mulheres; vi) remuneração e produtividade; vii) mão de obra estrangeira; viii) Nota geral; ix) cooperação empregado-empregador; x) flexibilidade de salários, e; xi) flexibilidade para contratar e demitir.

A reforma, Lei 13.467/2017, pode aumentar o PIB per capita brasileiro e reduzir a taxa de desemprego estrutural.

Exemplo disso é a possibilidade de home-office, de uso abrangente no momento de pandemia enfrentado, e a contratação por tempo parcial, que atuam no aumento da flexibilidade na relação trabalhista, e são instrumentos para uma customização do trabalho às necessidades do empregador em diversos mercados específicos, como os que enfrentam sazonalidades.

A melhor distribuição do custo contingencial com as demandas trabalhistas também são um ponto positivo da reforma, tendente a desonerar o empregador.

De maneira geral, a reforma trabalhista promove uma desburocratização da relação de trabalho que favorece empregado e empregador.

O trabalho intermitente, teletrabalho, prevalência de acordos individuais e a remuneração por produtividade, entre outros, são elementos para reduzir a baixa cooperação entre empregado e empregador, bem como a relação entre remuneração e produtividade – item no qual o Brasil também tem muito a evoluir.

Para avançar em índices de competitividade são necessárias evoluções mais estruturais, como fortalecimento e qualidade das instituições, bem como melhorias no ambiente macroeconômico, o que passaria por uma necessária reforma tributária que reduzisse a complexidade de nosso sistema, bem com evoluções em termos de infraestrutura.

MIGRAÇÃO

Um dos efeitos esperados no período pós-pandemia é uma onda de interiorização. O teletrabalho abriu a oportunidade para que o empregado possa produzir em qualquer lugar. Assim, não importa o local de residência do trabalhador, mas ele estar conectado à internet.

Em virtude do menor custo e certa tranquilidade, há uma probabilidade considerável de haver uma migração de pessoas das cidades grandes para o interior.

¹⁵ Macrovisão Itaú 2017; Fórum Econômico Mundial, Itaú.

¹⁶ Fórum Econômico Mundial, Itaú.

Empresas importantes também analisam essa possibilidade, pois os custos de manutenção de um local físico em uma cidade grande são mais elevados.

Além do incentivo de redução dos custos, a pandemia fez com que as pessoas valorizassem mais outros aspectos como mais tempo livre, menos trânsito e uma vida mais simples, encontrados de forma mais frequente em cidades do interior. Tempo livre, trânsito, vida em família, das pessoas e firmas

Essa mudança demográfica da população irá impactar o Governo, que deverá avaliar como entregar serviços públicos de qualidade em face da nova perspectiva de distribuição populacional. Assim, o Estado terá o desafio ainda maior, mas que pode ser solucionado com o uso da tecnologia e a digitalização de serviços públicos.

CONCLUSÃO

A crise sanitária do país obrigou a adotar medidas de saúde pública que causam grandes impactos econômicos. Assim, famílias e firmas necessitaram de apoio estatal para garantia de renda, empregos e sobrevivência. O Governo, por sua vez, observou a receita reduzir drasticamente e a necessidade de aumento de gastos para financiar o setor privado e mitigar os efeitos da crise.

Esse aumento de gastos não poderá ser uma política perene, pois o país já possui uma relação dívida/PIB elevada e, em virtude da pandemia, postergou o ajuste fiscal que deve ser feito. Assim, no período pós-pandemia, os gastos públicos devem ser mais assertivos, não havendo espaço para elevação de despesas correntes.

Do lado da política monetária, com a queda da demanda e a ausência de pressão inflacionária, há espaço para mais corte na taxa básica de juros. Contudo, caso esse instrumento não surta efeito, o Banco Central poderia optar pelo Quantitative Easing (QE), apesar da incerteza de economistas sobre o uso do QE em países em desenvolvimento.

A mudança de hábitos dos consumidores e da população trará desafios para as firmas e Estado no período pós-pandemia, também conhecido como “novo normal”. Consumo consciente, transformação digital e a mudança dos valores individuais impactarão o mercado que deverá se adaptar a nova realidade. A digitalização também será um grande desafio para o Governo. Assim, a pandemia acelerou transformações que estavam ocorrendo paulatinamente. No mercado de trabalho, o teletrabalho tornou-se realidade e poderá trazer efeitos migratórios importantes em uma onda de interiorização das famílias e empresas, que buscam reduzir custos e maior qualidade de vida.

Os efeitos da pandemia serão lembrados durante muito tempo. A crise econômica global e as mudanças decorrentes dela impactaram significativamente na vida das famílias. Contudo, há diversas oportunidades que o país pode aproveitar para aprovar reformas estruturais e melhorar o ambiente de negócios, a fim de dar sequência a uma agenda de aumento de produtividade, crescimento e competitividade.